

19 MAR 1993

O novo Senado

Como os homens, as instituições têm seus momentos de afirmação e desencanto. Não há, como na vida, esplendor contínuo, nem as sombras são definitivas. Quase sempre, no entanto, a existência é vazia porque, como diria o poeta, rebelado com o conformismo, predominam as brancas nuvens e o plácido repouso.

Desde a Revolução de 64, luta o Legislativo para se reencontrar. Houve, nesse período, momentos inesquecíveis como o de Lysâneas Maciel chamando o presidente da Câmara de "cidadão Célio Borja" ou o incedível Paulo Brosard a tropejar da tribuna, novo Danton, contra um Presidente imposto que dividia a Nação entre amigos e inimigos.

Outros episódios marcantes poderiam ser recordados, mas a constante foi, infelizmente, a aceitação das determinações que condicionaram o Legislativo e o tornaram um poder subalterno. Ressalte-se, por justiça, que o velho PMDB, não o que é hoje fisiológico, resistiu e, cumprindo seu dever, despertou no povo a esperança de uma Nova República. Uma esperança que não pode estar morta porque a Nova República é desmoralizada e autoritária.

A luta foi permanente. Na segunda metade da década de 70 houve, no Senado, uma CPI histórica, a que apreciou o acordo Nuclear Brasil-Alemanha, cuja verdade ainda precisa ser investigada. Presidida com a

firmeza do senador Itamar Franco, essa CPI impediu maiores abusos e defendeu, sem transigência, o erário nacional. Tiveram de pará-la e, para isso, se usou o pretexto de que um coronel reformado, da DSI de um ministério, não poderia depor. Esvaziada com a renúncia de Itamar, que não se conformou com a imposição, a comissão arrastou-se sem expressão.

Sua tradição, porém, ficou e está sendo retomada, agora, por duas outras CPIs com que o Senado se destaca na luta pela afirmação do Legislativo. São a que investiga a corrupção nos órgãos públicos e a que apura denúncias de irregularidades na importação de alimentos. Ambas têm a presidência senadores novos, José Ignácio e Dierceu Carneiro, que honram o mandato e fortalecem a convicção de que a nova geração de políticos tem a norteá-lo o interesse público. As distorções existentes, e ainda são muitas, não destroem essa confiança.

A CPI da corrupção, por exemplo, aprovou ontem, por unanimidade, a investigação sobre irregularidades na compra de 328 apartamentos e um prédio para a Dataprev pelo Ministério da Previdência, na gestão Raphael de Almeida Magalães. A maioria é do PMDB mas não houve solidariedade partidária que alterasse a decisão. O novo Senado sabe que é seu dever fiscalizar a administração pública, sem se importar a quem atigir. Não pode haver limites na defesa do erário.

CORREIO DA MANHÃ